



Varenes: A morte da realeza, 21 de junho de 1791

São Paulo: Companhia das
Letras, 2009. (358 p.)

Mona Ozouf

Paulo Henrique Martinez¹

A edição brasileira deste livro de Mona Ozouf coloca o leitor diante de dois temas de interesse para a nossa história. Esta pertinência teria ficado mais evidente, caso a edição tivesse aparecido um ano antes, em 2008, quando rios de tinta foram empregados na compreensão do episódio da vinda da corte portuguesa para o Brasil e suas implicações posteriores, notadamente na história política nacional, mas não apenas nela. Estes são os temas do rei fugitivo, em 1791, na França, em 1808, no Brasil, e das agruras da monarquia, nesses países.

Varenes, a morte da realeza tem um traço característico, a geografia. O espaço como personagem que participa da história é caro e recorrente na historiografia da França, notoriamente nos estudos de alguma forma vinculados às práticas investigativas difundidas na revista *Annales*, em sucessivas gerações de historiadores. A localidade de Varenes converge, assim, para as esferas analíticas do Reno de Lucien Febvre, do Mediterrâneo de Fernand Braudel, do Ocidente Medieval de Jacques Le Goff, de Montaigne de Emmanuel Le Roy Ladurie, de Bouvines de Georges Duby. A peculiaridade do *Varenes* de Mona Ozouf está na articulação que estabelece entre este povoado da França, um fato social, a morte da realeza, e o tempo breve da política, acelerado depois de 21 de junho de 1791. Esta data consiste, diz a autora, em um posto de observação privilegiado dos ritmos da Revolução Francesa. Ela dá acesso ao passado e ao presente, rompendo e adquirindo novo sentido na cronologia

dessa revolução. É o exercício de compreensão que parte do tempo histórico que perpassa as páginas deste volume de boa história política.

A interrupção da viagem da família real que seguia para a fronteira leste da França é fato revelador. Ela assinalou uma inflexão no curso dos acontecimentos revolucionários e no imaginário nacional daquele país. Não houve o estardalhaço de um dia revolucionário, mas o silêncio do povo. Silêncio que traduziu, ambigualmente, o respeito que esse povo tinha pelo seu rei e a indiferença que manifestava pela sua sorte e destino futuros, após a retenção, em Varennes, e o retorno da família real para Paris. Uma “reprovação muda”, observou a autora. Tal silêncio teve algo de sepulcral e prenunciou “a morte da realeza”, antes que ocorresse a execução do rei meses depois. O destino da nação e do rei secularmente coligados foi dissociado a partir desse episódio.

O rei que protagonizou a fuga, Luís XVI, vivia confinado em uma “estranha realeza imaginada pela Revolução” de 1789. Ele detinha o comando do exército, a nomeação de ministros, a administração da justiça e das relações internacionais. Não mais detinha a antiga prerrogativa real de postos para atribuir e recompensas para distribuir, como comutar penas. Sem legislar, o rei dispunha ainda do veto suspensivo. Parecia-lhe pouco, diante das muitas “usurpações” que esvaziaram a majestade régia tão prezada na imaginação popular. Naquela sociedade de ordens – Clero, Nobreza, Terceiro Estado – a desigualdade social era um princípio da monarquia, nela a realeza estava aliada ao usufruto de privilégios. Esse rei cedeu diante das ameaças dos motins revolucionários, mas procurou fazer suas deliberações parecerem concessões, querendo tornar-se “um rei da igualdade”. Então, por que ele fugiu?

O rei fugira em uma tentativa desesperada de “provocar nos franceses um rompante de afeição”. O século XVIII concebeu a política a partir do modelo do lar doméstico. Um rei paternal, a família, essa associação natural de indivíduos, e o aprendizado da obediência à autoridade eram a chave da ordem política. Um rei-pai está abrigado sob a vontade divina e a sabedoria da hereditariedade, tornando ilegítimas a contestação e revolta contra ele. Ser rei, eis um ofício perigoso, uma vida arriscada. A felicidade dos súditos, a dedicação ao bem público e as virtudes particulares estavam na base da obediência esperada pelo soberano, mesmo quando fugitivo.

A fuga do rei representou, então, um choque. Um rei amparado em virtudes humanas poderá sustentar-se quando estas desaparecem sob a decepção, o ressentimento e o ódio do povo? “Varennes não faz necessariamente revolucionários. Antes, faz filhos magoados de terem sido traídos, abandonados por um fujão. Agora sem pai, isto é, sem rei”, diz Mona Ozouf. Luís XVI era, até a data da fuga, um rei enjaulado em três prisões: uma, material, o palácio nas Tulherias; outra espiritual, que o obrigava a ouvir a “missa constitucional”; e a psicológica. Foi esta última que o levou a redigir uma carta cheia de imposturas,

passíveis de múltiplas interpretações políticas, antes de cair na estrada. Em sua mensagem Luís XVI praticava um “ato de rebelião” contra “a função decorativa que a Revolução lhe concedera e se queixa de que ela não só corroeu suas prerrogativas como subverteu por completo a função régia”. Era uma condição inaceitável para um rei.

Desde 1790 proliferavam os motins e os clubes radicais. Muitos dirigentes revolucionários convenceram-se de que era hora de “moderar a marcha da revolução”. O episódio de Varennes foi emblemático da ruptura entre o rei e a nação. Ele colocou em xeque a Constituição francesa, que fizera coabitar o antigo e o novo titular da soberania, o rei e a Assembleia Nacional. O ambiente político era assombrado, então, por dois fantasmas: o da contrarrevolução, sob o manto da guerra estrangeira, e o da “interminável revolução”, a guerra civil e os distúrbios de rua. A fuga e a retenção em Varennes vieram reabrir um processo que estava prestes a ser encerrado, o trabalho dos constituintes, um momento de conciliações. “A emoção espontânea do povo teve papel decisivo na história” ao relançar a revolução e abalar a aliança desta com a monarquia.

A nação reunida em Assembleia havia definido tanto a extensão do poder real, quanto a sua própria existência. Agora, surgia um rei passível de sofrer penalidades. Estava em questão um culpado ou um símbolo? Eis o desafio da Assembleia. O rei havia sido enganado pelos que conspiravam contra a nação? Era um fugitivo, fora sequestrado, era cúmplice em um conluio? Um rei enganado pode ser também inviolável? Ressurgiam as tensões políticas entre a igualdade e a desigualdade (leia-se superioridade) social. Os jacobinos procuraram separar “a responsabilidade pessoal e a irresponsabilidade administrativa do rei”. Os adeptos do espírito constitucional negaram a possibilidade dessa dissociação. Entravam em choque princípios e épocas distintas, visíveis nos debates conceituais dos constituintes, não raro violentos e ofensivos.

Nesta Babel política, a voz de Barnave tentava consolidar e parar a Revolução. Como fazê-lo, argumentava, se a ampliação das liberdades seria a morte da realeza e a ampliação da igualdade seria a morte da propriedade? A ideia republicana emergiu da história política da Antiguidade, cultuada pelo século XVIII. Os republicanos estavam fadados “a condenar o presente [a monarquia] na exata medida em que veneravam o passado [a república]”. Os Estados Unidos seriam a prova histórica de que a república podia medrar no solo tido como politicamente estéril – grandes extensões territoriais e diversidade de opinião, organizando as facções de interesses em disputa. Segundo Mona Ozouf, essa perspectiva varre para fora da história a progressão linear dos acontecimentos rumo ao momento republicano na Revolução Francesa, como uma apoteose política. Ao mesmo tempo coloca Varennes em evidência no surgimento da opção pela república. E o dia 21 de junho de 1791, quando a evasão do rei fracassou, deixa de ser apenas uma data na cronologia incessante que jorra da Revolução,

convertendo-se em marco que “separa radicalmente o presente e o passado”, abrindo na história um antes e um depois. O fato nos desloca da observação contemplativa da Bastilha até o nascimento da república na França e recomenda meditar sobre o imprevisível contido em Varennes.

A interrogação sobre a necessidade de um rei nesse momento estava nos jornais, nos discursos, nos cartazes, nas petições, nas manifestações de rua, na correspondência com os clubes nas províncias. A doutrina republicana foi sendo elaborada a duras penas. As fórmulas de Rousseau para a reforma política na Polônia embalaram esses republicanos. Logo, a “liberdade dos antigos”, com ideias de participação ativa e direta, vigilante e autoritária, virtuosa e moralizante, sob o entusiasmo popular animará o período do Terror. Esta a denominação, a partir de 1793, que os contemporâneos utilizaram para o retorno à ordem política. A “liberdade dos modernos”, com as ideias de representação, opinião pública, liberdade de imprensa, enfim, a liberdade racionalizada, atenta às leis, opiniões individuais, será o bordão dos girondinos. Benjamin Constant vai buscar a contenção da vontade e da participação direta, propondo mediações capazes de informar e racionalizar as discussões políticas, a tornar as decisões mais esclarecidas. Na sua avaliação este mal assolara as antigas repúblicas e estava na raiz de seu desaparecimento.

Em 1789, Revolução e Constituição eram sinônimas. Depois de julho de 1791 haveria o esforço para deter a Revolução, nos fatos e no pensamento. Em setembro de 1791, a Assembleia acreditou poder acabar com a Revolução, mas revelavam-se inúteis os esforços de reconciliação entre a Constituição desse ano e a representação. Os jacobinos irão lançar-se na missão universal de propagar a Revolução e derrotar todos os reis da Europa. O processo do monarca, em novembro de 1792, revelou como o quadro político fora alterado pela fuga malograda, as ameaças de guerra, república, motins e povo nas ruas. “O episódio de Varennes, que consumara a morte da realeza simbólica, carregava outra morte, a do monarca que a encarnava”.

A força simbólica da fronteira persistiu na história e no imaginário político dos franceses. Lugar da ameaça estrangeira, ela foi rota de fuga para outros monarcas da França no século XIX e alimentou a literatura, o teatro, o cinema e a historiografia. Em 1935, pacifista, Lucien Febvre projetava no Reno um espaço de paz e confraternização histórica. Em 1968, as manifestações nas ruas de Paris fizeram o presidente, general Charles De Gaulle, dirigir-se a Baden Baden, então, sede do comando das tropas francesas aquarteladas na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial.

NOTA

¹ Professor no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Contato do autor: martinezph@uol.com.br.